

ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA RÚSSIA E UMA COMPARAÇÃO COM O CASO BRASILEIRO

Angelo Segrilloⁱ

O presente trabalho representa uma síntese de reflexões teóricas do autor, a partir das observações empíricas contidas em seu último livro “Rússia em Brasil em Transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política” (ed. 7Letras, 2005). O livro traça um histórico dos partidos políticos nos dois países, especialmente no que tange à democratização nas duas últimas décadas em ambas as partes do mundo. Devido ao pouco conhecimento, no Brasil, das agremiações partidárias russas, iniciaremos por uma breve descrição da gênese e desenvolvimento dos partidos políticos naquela nação eslava e depois faremos uma comparação com o caso brasileiro.

Partidos políticos na Rússia

A formação de um sistema partidário na Rússia se deu algo tardiamente. Somente após a chamada *Revolução de 1905*, o czarismo, até então uma autocracia ilimitada, permitiu a existência legal de partidos políticos (juntamente com a adoção de um parlamento e uma constituição). Foram assim formados o partido Cadete (Democratas Constitucionais, que eram os liberais da época), os Outubristas (direita moderada), os Progressistas (representantes da grande burguesia) e outros que foram se juntar aos dois partidos ilegais que haviam surgido na virada do século: o Partido Operário Social Democrata Russo (o futuro Partido Comunista) e os Socialistas Revolucionários (herdeiros dos populistas e que pregavam um socialismo agrário). A experiência com este insipiente (e ainda bastante cerceado pelo autoritarismo czarista) pluripartidarismo constitucional seria interrompida com a revolução socialista de 1917 que desembocaria no monopartidarismo do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Somente em março de 1990, no período final

da perestroika, seria restaurado o pluripartidarismo na Rússia. E como se estruturou o sistema partidário nos anos 1990?

Uma observação inicial que se pode fazer é que os partidos políticos na Rússia atual são bastante “fracos”, isto é, pouco enraizados e institucionalizados. Na verdade, há apenas um verdadeiro partido de massa, que é o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), cujo líder Gennadii Zyuganov disputou as eleições presidenciais com Yeltsin e Putin. O PCFR é o maior partido em termos de filiados e militantes e foi o partido mais votado do país na segunda metade dos anos 1990. Somente na eleição parlamentar de 2003 ele seria ultrapassado pelo *Rússia Unida* (que apoia Putin) e se tornaria o segundo mais votado.

Os outros partidos com grande votação são basicamente parlamentares, sem grande militância. E o que é mais grave: um bom número das agremiações mais votadas e que apoiam o governante do momento se revelam quase que siglas “de aluguel”, sendo criadas para apoiar algum governante em determinada eleição e praticamente saindo de cena após terem cumprido essa missão. Foi assim com o *Escolha da Rússia* (para apoiar Yeltsin na eleição parlamentar de 1993), o *Nossa Casa é a Rússia* (criado para apoiar o primeiro -ministro Chernomyrdin e Yeltsin na eleição de 1995), o *Unidade* (criado para apoiar Putin na eleição parlamentar de 1999 e presidencial de 2000) e talvez seja o caso do atual *Rússia Unificada* (apoio de Putin na eleição presidencial de 2004). Um dado interessante de se notar é que o (candidato a) presidente russo não é obrigado a pertencer a nenhum partido. Nem Yelsin nem Putin tinham filiação partidária. Este detalhe explica, em parte, o caráter personalista da presidência russa. Há uma tendência a ver o presidente como um “salvador da pátria”, acima dos partidos políticos. Em vez de haver um candidato eleito que faz parte de um partido com programa de ação definido, temos um presidente que faz e desfaz seu programa próprio, sem maiores discussões coletivas.

Este caráter personalista tende a dominar a cena eleitoral, com partidos sendo criados em redor de personalidades, e não especificamente de programas. As

excessões são alguns partidos de esquerda, pequenas agremiações comunistas com pouca penetração eleitoral. Outra excessão talvez seja o partido Yabloko, do líder Grigorii Yavlinskii, que prega um liberalismo com preocupações sociais (algo semelhantemente ao Partido Liberal no Brasil).

Os partidos mais votados (acima de 5% dos votos) na última eleição parlamentar para a Duma (dezembro de 2003) foram os seguintes: 1) Rússia Unificada (abocanhou 49,6% das cadeiras); 2) PCFR (11,6% das cadeiras); 3) Partido Liberal-Democrático da Rússia (8%); 4) União Patriótica Popular (8,2%).ⁱⁱ A União Patriótica Popular foi fundada às vésperas da eleição como um bloco nacionalista de centro-esquerda. O Rússia Unificada havia sido fundado em 2001 para apoiar Putin (pela fusão do antigo Unidade com o Pátria). O Partido Liberal-Democrático da Rússia, a despeito do nome, é uma partido neofascista de nacionalismo xenófobo, que gira personalisticamente em torno de seu fundador e presidente perpétuo, Vladimir Zhirinovskii.

Ou seja, o cenário principal do sistema partidário russo atual caracteriza-se por ser constituído, em sua maioria, por partidos ainda pouco institucionalizados, freqüentemente de vida curta e exclusivamente parlamentar, e por uma política onde o personalismo é uma forte tendência (como demonstra o verdadeiro “culto à personalidade” do atual presidente Putin).

Os sistemas partidários russo e brasileiro em perspectiva comparada

Em 2005 comemora-se vinte anos da redemocratização brasileira e 20 anos do início da perestroika soviética. Como colocou Przeworski, “para onde se está indo importa tanto quanto de onde se vem”: apesar dos pontos de partida bem diferentes dos dois países, suas “transições também são para a democracia [política] e o ponto de destino faz com que os caminhos convirjam”.ⁱⁱⁱ Assim, em algum ponto do caminho

nestes vinte anos seria de se esperar que seus sistemas políticos começassem a se aproximar. Trata-se aqui, então, de analisarmos semelhanças e diferenças entre eles.

Uma semelhança é que ambos são sistemas presidencialistas em um contexto de monopartidarismo extremado (*i.e.*, com acima de cinco partidos eleitoralmente relevantes). Esta combinação de presidencialismo com multipartidarismo extremado é vista como problemática por muitos observadores, por trazer um potencial alto de impasse entre legislativo e executivo. Entretanto há que se diferenciar entre o *superpresidencialismo* em vigor na Rússia desde a constituição de 1993 (imposta por Yeltsin no confronto com a Duma naquele ano), onde os partidos é que apoiam Putin e não vice-versa, como vimos acima, e o chamado *presidencialismo de coalizão* brasileiro em que o aparentemente poderoso presidente freqüentemente fica refém das coalizões partidárias parlamentares que tem que construir para fazer aprovar seu programa no Congresso.^{iv}

No quesito da democracia política, desde os anos 1990, a Freedom House vem classificando o Brasil como país “livre” enquanto a Rússia tinha a classificação de “parcialmente livre” até 2004, quando as reformas centralizantes e atitudes algo autoritárias de Putin rebaixaram sua classificação para país “não-livre”.^v Esta maior dificuldade da Rússia de consolidar sua democracia política em comparação com o Brasil talvez provenha de suas experiências anteriores com este regime. O regime czarista e a União Soviética não permitiram à Rússia ter uma experiência de democracia multipartidária (exceto talvez no curto período entre as Revoluções de Fevereiro e de Outubro de 1917). Já o Brasil teve uma exposição bem maior a períodos de democracia formal. Entretanto esses períodos foram freqüentemente interrompidos por regimes autoritários (*e.g.*, Estado Novo, ditadura de 1964). Assim, a Rússia luta contra a falta de experiência democrática anterior enquanto o Brasil sofre da intermitência de sua experiência democrática. Aqui é importante fazer a seguinte observação sobre o papel das forças armadas nos dois países. Enquanto na Rússia czarista e na URSS as forças armadas foram eminentemente legalistas (sem histórico

de golpes militares bem-sucedidos), no Brasil os militares foram responsáveis, diretos ou indiretos, por diversas derrubadas de poder constitucionalmente estabelecido.

Scott Mainwaring aponta quatro dimensões que demonstram a institucionalização de um sistema partidário: 1) estabilidade e regularidade na competição; 2) os partidos têm raízes profundas na sociedade; 3) os atores políticos reonhecem a legitimidade dos partidos políticos; 4) as organizações partidárias têm vida própria, independente dos personalismos de seus líderes. Se analisarmos as medidas nestas quatro dimensões, vemos que o sistema partidário brasileiro se encontra um pouco mais consolidado que o russo. Em relação à dimensão de estabilidade e regularidade nos padrões competitivos, Mainwaring calculou o índice de volatilidade eleitoral para a câmara baixa nos anos democráticos em 33% para o Brasil e 54% para a Rússia. Na dimensão de *enraizamento dos partidos*, na Rússia nenhum partido é mais antigo que o sistema partidário atual enquanto que no Brasil pelo menos três partidos podem ser assim classificados (PSB, PDT/PTB e PPS/PCB/PCdoB). Na dimensão *legitimidade*, as pesquisas do Eurobarometer e Latinobarometro de 2002 indicaram que a confiança nos partidos políticos era de 13% dos entrevistados no Brasil e de cerca de 7% na Rússia. Na dimensão *vida independente das estruturas partidárias*, Mainwaring relata que na legislatura 1991-1994 os 503 deputados da Câmara brasileira mudaram de partidos 260 vezes enquanto que na Duma de 1993-1995 houve 142 mudanças de partido entre os 450 deputados russos.^{vi}

Também no aspecto de consolidação da democracia política, o Brasil leva vantagem sobre a Rússia. O Brasil é classificado pela Freedom House como “país livre” enquanto que a Rússia, que esteve pela maioria da década de 1990 classificada como “país parcialmente livre”, em 2004, devido aos esforços de centralização autoritária de Putin foi rebaixada para a categoria de “país não-livre”. Além disso, o Brasil já passou pelo teste da “troca de guarda” de ver um partido não só de oposição, mas de posicionamento ideológico oposto (o PT, de esquerda) chegar ao poder

presidencial sem que haja perturbações democráticas. Este teste a Rússia ainda não passou. Na verdade, a Rússia, em 2005, encontra-se numa encruzilhada.

Representarão as reformas centralizantes de Putin uma forma de estabilizar a situação política no país, extinguindo as tendências centrífugas anárquicas dos anos 1990 e estabelecendo um tipo de democracia não-liberal com características próprias ou simplesmente marcarão um retorno ao autoritarismo do passado? Esta é a grande questão.

Os índices de institucionalização partidária do Brasil, apesar de serem superiores ao da Rússia, estão bem abaixo da média das democracias mais antigas dos países avançados.^{vii} Isto pelo lado pessimista. Pelo lado otimista, há que notar, como relembra Leôncio Martins Rodrigues, que a tendência dos índices é em direção a uma maior institucionalização. Isto vale, com alguma reserva (devido à alta taxa de substituição de partidos de eleição para eleição) também para a Rússia.^{viii}

Em suma, Rússia e Brasil batalham para a superação das dificuldades históricas com a democracia política (a primeira com sua virtual ausência, o segundo com sua intermitência). Neste contexto, a palavra otimista é que a dinâmica de maior institucionalização do sistema partidário tem mostrado tendência positiva.

ⁱ O historiador Angelo Segrillo é Doutor pela Universidade Federal Fluminense, Mestre pelo Instituto Pushkin de Moscou e autor dos livros “O Declínio da URSS: um estudo das causas” (ed. Record), “O Fim da URSS e a Nova Rússia” (ed. Vozes), “Herdeiros de Lenin: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética” (ed. 7Letras) e “Rússia e Brasil em Transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política” (ed. 7Letras).

ⁱⁱ Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em Transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, p. 224.

ⁱⁱⁱ Przeworski, Adam. *Democracy and the Market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 99.

^{iv} Abranches, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: Tavares, José Antônio Giusti (org.). *O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, p. 21-73. Holmes, Stephen. Superpresidentialism and its Problems. *East European Constitutional Review*, Nova Iorque, v. 2, n.4 e v. 3, n. 1, outono 1993 - inverno 1994. Segrillo, *op. cit.*, p. 167-170.

^v www.freedomhouse.org.

^{vi} Mainwaring, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 26-39. Angel, Allan. *Party Change in*

Chile in Comparative Perspective. Oxford: St. Antony's College, 2004, p. 23-24.

<<http://www.lac.ox.ac.uk/parties-IPS.pdf>>

^{vii} Por exemplo, os mesmos índices de institucionalização de Mainwaring, que vimos acima para o Brasil e a Rússia, são os seguintes para os EUA: volatilidade eleitoral média é de 4%; a percentagem de votos obtidos por partidos fundados antes de 1950 é de 97,2%, além da confiança nos partidos políticos ser maior e o número de trocas de partido por legislatura menor que na Rússia e Brasil.

^{viii} Rodrigues, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 48-49. Sarah Birch calculou a taxa de média de substituição de partidos (*party replacement*) de eleição para eleição na Rússia nos anos 1990 em 48,5%, o que é extremamente alto. Birch, Sarah. *Electoral Systems and Party System Stability in Post-Communist Europe* [paper prepared for presentation at the 97th annual meeting of the American Political Science Association, San Francisco, USA, September 2001]. Isto coincide com nossa afirmativa anterior sobre a vida efêmera de vários “partidos do poder” na Rússia, criados apenas para apoiar determinados governantes em eleições específicas.